

O império como conflito: Chalmers Johnson e a política externa norte-americana

Roberto Bueno

Professor Doutor Adjunto I da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Professor da Graduação do Programa de Pós-Graduação em Direito Público da UFU. Doutor em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Filosofia do Direito e Teoria do Estado pelo UNIVEM. Especialista em Ciência Política e Direito Constitucional pelo Centro de Estudos Constitucionais de Madrid (CEC). Estágio doutoral em Filosofia do Direito na Universidade Autônoma de Madrid (UAM). Graduado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

rbueno@hotmail.com

Resumo: Este artigo visa analisar a noção de conflito em sua projeção nas relações internacionais a partir da ótica de Chalmers Johnson, ancorando a argumentação em uma interpretação antropológica e geopolítica da função de poder, especialmente focando a análise das relações de poder estabelecidas pelo balizamento da alta tensão exercida pela política externa norte-americana. Partindo desta contextualização teórica, este artigo assume como seu objeto a ideia de que a crítica de Johnson encontra-se centralizada não em uma perspectiva política do imperialismo mas, isto sim, econômica.

Palavras-chave: Chalmers Johnson; Direito Internacional; geopolítica; relações internacionais; imperialismo; conflito.

Introdução

Chalmers Ashby Johnson (1931-) é um dos relevantes autores que trabalham predominantemente na área da política internacional como os seus e dos problemas geopolíticos e suas vinculações com a história e a administração pública. Ex-analista externo da CIA nos anos 1960 e 1970, assim como conselheiro de diversos governos norte-americanos para assuntos relacionados à Ásia, especialmente China e Japão, Johnson atualmente encontra-se aposentado em San Diego, na Califórnia, de onde todavia faz reverberar suas ácidas críticas aos caminhos trilhados pela política externa norte-americana, em especial o seu desmesurado imperialismo, que é o objeto deste artigo.

A sua leitura permanece ainda algo oculta no debate público nacional sobre o tema, principalmente nos campos afins da área jurídica, em que pese duas traduções de suas obras encontrem-se disponíveis.¹ Este não é problema de exclusividade nestas latitudes como também de outras paragens de América Latina (cf. MUÑOZ, 2009, p. 1) e, de certa forma, também atinge ao grande público norte-americano, posto que não se trata de um intelectual apreciado por Washington. Isto afasta o autor de importante círculo de veículos, distanciando-o do *mainstream*. Johnson encontra o seu público e maior espaço entre a esquerda e uma de suas mídias, a revista *The Nation* (ver <http://www.thenation.com>).

Indubitavelmente, o fato de Johnson ter sido um analista político da CIA permitiria que mantivesse um maior vínculo com o *establishment*. Contudo, o também ex-professor de História das universidades de Berkeley e de San Diego² logrou uma interpretação profundamente crítica, ácida mesmo, da política externa norte-americana. Talvez o principal eixo de seu trabalho seja a atenção concedida a postura imperialista norte-americana, capaz de atrair uma tão profunda quanto disseminada antipatia internacional e, por certo, um arregimentamento de potenciais inimigos. Desde logo, esta é uma abordagem da política externa que res-

tringe o campo das ações diplomáticas e amplia o conflito e, quiçá, do recurso às opções armadas.

A relevante tríade de livros originariamente publicados por Johnson está composta por *Blowback*, (2000), *As aflições do império*, (2004) e o mais recente *Nemesis*, (2007), livro que conclui o que ficou conhecido como a sua *Blowback trilogy*. Johnson foi celebrizado por força da conjunção e do conteúdo de um de seus livros, publicado em 2000, quando contavam-se oito meses para a ocorrência dos ataques de 11 de Setembro de 2001. Inicialmente recebido com frieza nos Estados Unidos, o livro intitulado *Blowback* (ver JOHNSON, 2007), após o brutal evento ganhou excepcional acolhida, com sucessivas reedições em muito curto espaço de tempo, após o ataque público interno norte-americano voltou-se de imediato a Johnson.

Tendo em vista a limitação deste artigo, do ponto de vista metodológico, este centralizamos nossa análise do trabalho de Johnson em artigos e entrevistas publicadas ao longo dos anos e que costumam ser relegados. Por intermédio deles propomos o exame da posição crítica do autor sobre o imperialismo, tomado como objeto deste artigo e dialoga com a abordagem, conectado com o trabalho desenvolvido na emblemática tríade do nosso autor.

1 Mapeando os problemas do império

Os problemas que Johnson atribui ao império norte-americano são vários, e todos eles concorrentes para o seu declínio. Um dos aspectos ilustrativos da análise de Johnson é a sua percepção de que um dos mais graves problemas dos Estados Unidos é de que, simplesmente, há muitas coisas que vão indo bastante mal e ao mesmo tempo (cf. JOHNSON, 2008a, p. 01). Desde logo, tal concorrência acaba por entorpecer uma melhor e mais acurada análise individual e solução dos problemas. Ademais, como se depreende do texto de Johnson, não apenas muitas coisas vão mal ao mesmo

tempo como também muitas delas são muito graves, atingindo setores tão estratégicos para a sociedade como as estruturas políticas (democracia) e a economia (orçamento público).

A primeira delas, a política, é essencialmente atingida em seu núcleo democrático. Isto ocorre por força de que os grupos de pressão e interesse teriam praticamente seqüestrado e realizado uma discreta, conquanto não declarada, sobreposição às instituições representativas, posto que condicionando indiretamente as decisões dos grupos constituídos legitimamente para exercer o poder.³ Os grupos constituídos democraticamente para o exercício do poder já teriam perdido grande parte de seu poder de fiscalização sobre diversos setores estratégicos do governo norte-americano. Há quem possa ponderar que esta falta de adequado controle atinge até mesmo as suas próprias ações, ao menos quando as consideramos relativamente às suas históricas competências constitucionais, que devem resguardar, antes do que permitir, o ataque à separação de poderes.⁴

A economia, por outro lado, igualmente vê-se atingida seriamente em pelo menos dois níveis. Em primeiro lugar, na confecção do orçamento público, com as superlativas verbas alocadas para a defesa nacional, sempre obedecendo a lógica da administração pública de incrementar gastos e recursos, e não de recortá-los. A situação fica ainda agravada no que tange a consideração da publicidade e da transparência, pois o orçamento total da Defesa norte-americana sequer é bem conhecido, mas apenas estimado. Lastimavelmente, entre 30% a 40% deste total é *oficialmente secreto* (ver JOHNSON, 2008c, p. 4), ou seja, empregado em projetos e missões secretas aos quais, reconhecidamente, o poder político não tem sequer acesso, e, portanto, nenhum controle. Trata-se de que o Congresso encontra-se em posição de dificuldade, para dizer o mínimo, para poder interferir na confecção do orçamento da Defesa, pois, como diz Johnson, parte expressiva do orçamento militar norte-americano é secreto (*cf.* JOHNSON, 2004, p. 5).

Em segundo lugar, e não menos importante, trata-se de que os Estados Unidos não dispõe de qualquer outra instituição política que disponha de

acesso aos gastos nesta área, ainda considerando que muitos deles ocupam a rubrica de secretos, tornando uma expressiva parte do gigantesco orçamento da defesa⁵ uma caixa preta inacessível ao controle público e, portanto, não apenas sujeito a todo tipo de malversações como de seu uso contra o sistema democrático que lhe sustenta.

No âmbito da economia há um importante e sério impacto a considerar. Ele é derivado dos crescentes gastos com a Defesa, posto que o poderio da indústria bélica construída após a Segunda Grande Guerra Mundial⁶ tem o poder de deslocar o eixo da produção e dos investimentos civis para fins militares. Este impacto torna a economia menos produtiva e, ademais, dependente da realização de sucessivas guerras como forma de alimentar com demanda universal a crescente produção de seu parque tecnológico, assim como todo o colossal investimento em capacidade instalada.

A opção por conectar o complexo industrial militar com investimentos públicos faz com que um importante volume de recursos deixa de ser aplicados em infra-estrutura física e social o que também obstaculiza que o Estado disponha de melhores condições para enfrentar os novos desafios e tecnologias do mercado internacional crescentemente competitivo. O quão prejudicial esta política econômica pode ser ao desenvolvimento de um Estado é algo já observado desde os momentos subseqüentes a Segunda Grande Guerra Mundial.

Uma destas mostras foi dada por países praticamente aniquilados durante o enfrentamento bélico. Momento seguinte, estes Estados puderam reestruturar-se consideravelmente em um intervalo de não mais do que uma geração. Isto apenas pode ocorrer por meio de investimentos maciçamente alocados em educação e infra-estrutura, descuidando quase que por completo investimentos militares, e disto são exemplos superiores a Alemanha e o Japão.⁷

Um dos eixos desta crítica é puramente econômico. Trata-se da descapitalização, financeira e de recursos humanos. Assim, portanto, criar empresas e modelos de negócio que supram necessidades civis que restam

postas as condições e clima para o desenvolvimento comprometido tecnologicamente e engenhoso, capaz de gerar dinâmica às finalidades básicas da democracia, vale dizer, efetivo apreço às finalidades de sua sociedade. Esta ausência de priorização fez com que os Estados Unidos permanecessem na órbita de uma democracia liberal em sentido estrito enquanto que a Europa trilhou o caminho da democracia social, com estabelecimentos de prioridades comunitárias e não profundamente atomizantes.

O projeto político norte-americano, segundo Johnson, enceta caminho diverso a este que vem sendo apontado como alternativa ao império. A rigor, o Estado norte-americano tem apostado em uma intensa e nefasta simbiose entre Estado e empresas privadas. Estas últimas, operando como grandes conglomerados, intervêm nas políticas públicas por meio de um enorme esforço de ocupação das estruturas do Estado. Este movimento escassamente atacado pelas autoridades termina por ensejar uma estrutura capitalista de Estado, criada por meio do estreitamento de relações econômicas entre o Governo e as grandes corporações.

Este modelo foi bastante criticado tanto pelos capitalistas (políticos e acadêmicos) do pós-guerra como pelos defensores do socialismo real, emuladores da construção estatal soviética.⁸ Grandes empresas norte-americanas que constituem o esteio da indústria militar norte-americana apostam nesta estratégia, dentre as quais a Raytheon, Boeing, Lockheed Martin, Grumman e Northrop. Todas elas evidenciam em suas ações que, efetivamente, exercem um alto poder sobre o Congresso bem como sobre os altos círculos do Executivo.⁹ Estes grandes conglomerados dispõem de poder suficiente para fazer com que o orçamento federal possa reservar-lhes, progressivamente, ainda maiores fatias, por meio de suculentos contratos muito embora os orçamentos em execução já lhe carregarem expressivas quantias, nominadamente, cerca de quarenta por cento de cada dólar arrecadado junto aos contribuintes norte-americanos é destinado para a sua indústria.

Uma das estratégias importantes exercido pela grande indústria bélica e suas associadas é a disseminação de recursos entre os mais diversos Estados norte-americanos, se possível todos, de sorte a criar empregos e benefícios, diretos e indiretos em todos eles para obter apoio político. Com isto, as prováveis resistências do Congresso em negar-lhes as demandas por aumento orçamentário vê-se diminuída. Com este apoio pode ocorrer o que Johnson denominou de *keynesianismo militar*¹⁰ em seu conhecido livro *Nêmesis* (ver JOHNSON, 2008b), definido pelo autor como

[...] la determinación de mantener una economía de guerra permanente y de tratar a la producción militar como si fuera un producto económico ordinario, aunque no haga ninguna contribución ni a la producción ni al consumo. (JOHNSON, 2008c, p. 7).

Assim é que, malgrado os benefícios que um certo nível de investimento militar podem oportunizar, por outro lado, também é certo que “Con el paso del tiempo [...] las industrias militares desplazan a la economía civil y conducen a severas debilidades económicas. La devoción al *keynesianismo militar* es, de hecho, una forma de lento suicidio económico” (JOHNSON, 2008c, p. 8). O *keynesianismo militar* provoca seus efeitos desde um duplo eixo alocativo, a saber, tanto por meio de recursos econômicos quanto pelos recursos humanos. A absorção de recursos pelo setor militar corrói a capacidade produtiva de bens civis no momento presente mas também, e quiçá mais grave, compromete uma ampla gama de recursos humanos cuja laboriosidade e engenhosidade poderiam estar dedicadas ao desenvolvimento de produtos e tecnologias qualificadoras das iniciativas econômicas privadas. Isto impacta fortemente tanto na área econômica quanto na área econômica, dada a desorientação das preferências por decisões unilaterais de grupos no poder. Isto conecta com a ideia de crise democrática.

2 A crise democrática do império: em decadência ou decaído?

O trabalho de Chalmers Johnson parte de uma cuidadosa uma análise voltada aos problemas práticos ligados à política interna dos EUA voltados a dar suporte à sua política externa imperialista. O fundamento de sua interpretação da política externa norte-americana reside, como vimos, em que a política imperialista ancorada em bases militares¹¹ produz nefastos efeitos tanto internamente (do ponto de vista político e econômico) quanto externamente (matéria de relações internacionais), posto que uma série de danos parecem mostrar-se irretificáveis. Contudo, o que deve começar a ser abordado nesta seção é que tal opção impacta nefastamente sobre as instituições democráticas.

Parte desta leitura de Johnson encontra importante referência na obra de Cullen Murphy, autor que obteve reputação significativa ao apresentar a ideia de comparar o império norte-americano à Roma. Partindo de sugestões do próprio *establishment*, os EUA estariam a conduzir sua política externa como uma nação que percebe a si mesma como capaz de garantir a *Pax Americana* sob um *Novus Ordo Seclorum*. A questão de fundo é, contudo, se o conjunto da política externa norte-americana não encontra-se a proceder em sentido inverso, ou seja, que ao multiplicar antipatias e semear inimizades não estaria a reforçar o processo de declínio do império, configurando as expectativas da teoria da história que indica a queda, cedo ou tarde, de todos os impérios (cf. MURPHY, 2010, p. 1). A sua resposta é de que os EUA não são Roma, ainda, mas que o processo de queda encontra-se em curso, e que as evidências disto são razoáveis, e uma delas é a “[...] dependência do poder militar e a obsessão por segurança – a um custo insustentável –, a terceirização de funções do governo, a arrogância”. (MURPHY, 2010, p. 1).

Malgrado reconheça alguns diferenças relevantes entre a Roma antiga com os EUA, tal como a existência de uma democracia estável,

uma classe média importante e um marcado igualitarismo, por outro lado, Murphy também identifica que um dos graves problemas dos EUA é que a terceirização das funções de governo. Especialmente concede atenção às terceirizações de funções relevantíssimas na determinação dos interesses públicos, em detrimento da consolidação do poder do governo para agir decididamente em nome dos interesses públicos a partir de critérios deslocados informados e caracterizados pela desvinculação dos interesses privados ou, no máximo, ao reconhecer apenas eventual convergência. Neste ponto encontra-se uma importante contradição teórica do conservadorismo republicano norte-americano. Trata-se de que é corrente na América desde os anos da Administração Reagan a retórica de que o governo não é solução para os problemas mas, antes, que ele é o próprio problema. Com isto o ângulo para abordar os problemas passa a comprometer-se com uma teoria neoliberal mais aguda, ou seja, que aponta para a necessidade de minimizar as funções de governo, de apostar firmemente por um governo mínimo e transferir funções para a iniciativa privada. Contudo, os bilionários orçamentos militares evidenciam o inchaço econômico da arrecadação de tributos e o conseqüente crescimento do Estado mas, por outro lado, a terceirização política de sua execução.

Paralelamente a esta retórica do governo mínimo. O fato é que o conservadorismo republicano norte-americano investiu soberbamente no projeto capitalista de Estado que envolve o desenvolvimento da indústria bélica norte-americana e que repercute na determinação da política externa belicista, rompendo, assim, com o princípio da política externa multilateral em favor do unilateralismo, e, por fim, da promoção de embates bélicos como forma de dar vazão à produção exponencial de armamentos do complexo industrial norte-americano.

A respeito desta terceirização de funções governamentais Johnson retoma parte do argumento de Murphy visto anteriormente mas também da doutrina do choque, de Naomi Klein. Segundo esta doutrina o

poderio político com interesses econômicos em mãos privadas é quase equivalente ao poder político das instituições legitimamente constituídas (cf. JOHNSON, 2008a, p. 1). Este desequilíbrio de poderes atinge fundamentalmente as bases da democracia parlamentar em que o poder é exercido pelos legítimos representantes populares. Em todos estes aspectos Murphy é retomado por Johnson.

Johnson ocupa-se da análise do problema gerado pela oposição de interesses entre um Estado que enfrenta déficits crescentes, problemas políticos internos graves e insuficiências quanto às prestações do Estado aos seus cidadãos e, por outro lado, um também crescente nível autorizado de gastos com uma já muito dispendiosa máquina de guerra que encontra também crescentes dificuldades de justificar-se politicamente, acaso já não esteja em situação de plena inviabilidade. Johnson aponta que as doenças públicas norte-americanas em grande parte derivam do “[...] militarismo y del imperialismo que han llevado al cuasi-colapso de nuestro sistema constitucional de controles y limitaciones”. (JOHNSON, 2007c, p. 1).¹²

Leitor de Johnson, Muñoz ressalta que encontra o autor percebe que o governo experimentou um decréscimo em seus efetivos poderes, e que para reverter a situação “Haría falta una revolución para que el Pentágono volviera a estar bajo control democrático, o para acabar con la CIA, o incluso para considerar la idea de hacer cumplir el artículo 1 de nuestra Constitución” (MUÑOZ, 2009, p. 1). A agência CIA é reputada por Johnson como um mero exército privado do Presidente e que, portanto, encontra-se à uma distância considerável das instituições democráticas com as quais haveria de estar comprometida bem como com às finalidades para as quais foi criada. Esta e outras agências pautam-se por algo que denominaríamos de princípios e normas de ação ocultas e, em todo caso, inacessíveis ao controle parlamentar e, portanto, abertas com a comissão de todo tipo de ações descomprometidas com os princípios constitucionais e democráticos.

3 A política externa do império: as bases militares

O trabalho de Johnson tem sido reclamado desde as filas dos mais ácidos críticos do imperialismo norte-americano. Indireta e opostamente, defendemos que a sua crítica está endereçada tanto contra o imperialismo e as suas magnificentes (cerca de) mil bases militares mundo afora como também contra os deletérios efeitos que este projeto militar tem gerado para os Estados Unidos.¹³

Teoricamente, as bases militares operariam no sentido de proteger a segurança norte-americana. Contudo, segundo Johnson, “O que elas não fazem é defender a segurança dos EUA. Elas simplesmente cresceram, tenham ou não tido valor estratégico” (JOHNSON, 2004, p. 3). As bases militares têm operado como uma nova conformação do domínio imperial, sucedendo às anteriores formas de domínio colonial por intermédio da presença e governo territorial, e o preço a ser pago por tudo isto alcança cifras que já não mais se apresentam passíveis de serem suportadas por um Estado como o norte-americano que vem apresentando sucessivos déficits, já não mais renováveis. Os gastos militares suportados pelos EUA beiram a incrível soma de 1 trilhão de dólares, com o que Johnson conclui que “Estamos a namorar a bancarrota”. (JOHNSON, 2004, p. 4).

O grande custo público a ser suportado, contudo, não é apenas financeiro, mas diz respeito “[...] a república, a defesa estrutural das nossas liberdades, a separação de poderes a fim de bloquear o crescimento de uma presidência ditatorial” (JOHNSON, 2004, p. 4). Este é o ponto em que o autor insiste com acerto de que a política externa imperialista pode comprometer até mesmo a política interna do país. Assim, o militarismo norte-americano gera e que pavimenta um processo de decadência do poderio do país.

Johnson aduz que o imperialismo norte-americano optou por uma versão mais sofisticada para exercer o domínio do que as anteriores e, assim, operar em substituição ao modo de ocupação e administração *in loco* das

colônias, como fizeram tanto o Reino Unido e a França é que o formato do imperialismo militar foi concebido. Este é um modelo que é considerado superado em sua essência, mas que reaparece com diversos formatos, cuja maleficidade Bresser-Pereira reputa não ter sido devidamente compreendida (cf. BRESSER-PEREIRA, 2008, p. A3).

Os Estados Unidos, portanto, propuseram um novo modelo de bases militares (cf. GUSTERSON, 2001, p. 01) que legitima uma antiga dominação, embora o faça sob nova configuração. Em outros termos, trata-se de que o império das bases militares empresta aos Estados Unidos um alcance global, mas o seu modelo certamente revela-se como uma anacrônica e insustentável relíquia da Guerra Fria. (cf. GUSTERSON, 2001, p. 01).

A manutenção de império mundial calcado em bases militares encontra-se em íntima dependência do processo econômico com o qual corre em paralelo, e não pode, portanto, ser descolado dos necessários compromissos militares para viabilizar a potência. Por trás de todo este bilionário aparato de bases militares¹⁴ subjaz uma indústria militar que alimenta esta política externa belicista. Esta é uma indústria que apenas a custos altíssimos poderia ser reconvertida para fins civis e, quiçá, ainda mais altos seriam os custos políticos, derivados de desatender os interesses do grande complexo industrial militar e a teia de interesses que estrategicamente souberam desenhar.¹⁵

A sugestão de Johnson para enfrentar este dilema e, com isto, estancar o processo de queda do império converge com a sugestão de Gusterson no sentido de romper com o processo de projetar poder em todas as latitudes do planeta (cf. GUSTERSON, 2001, p. 01). Para Johnson, em termos similares, uma promissora política, interna e externa, embora de resultados incertos quanto à efetiva manutenção do poder global, implicaria assumir resolutamente o risco político de desmobilizar os esforços e os gastos na área militar.

A reorientação de gastos sugerida por Johnson é o movimento de partida para manter acesa a esperança de manter o Estado norte-americano

em boas condições, algo que, positivamente, não ocorreu com a extinta URSS. Johnson credita a um custo altíssimo de manutenção dos investimentos militares, em detrimento de investimentos em tecnologia civil, a queda do império soviético. A crítica de Johnson é de que face à nova realidade geopolítica

[...] o nosso governo procurou imediatamente encontrar um inimigo substitutivo: a China, drogas, terrorismo, instabilidade. Qualquer coisa que justificasse este enorme aparelho da estrutura da Guerra Fria. (JOHNSON, 2004, p. 2).

A reorientação de gastos para a qual aponta Johnson, e que é corroborada por Murphy, aposta claramente em que o deslocamento de gastos com o militarismo permitiria melhor suprir as necessidades internas civis de um Estado como o norte-americano que encontra-se afogado em déficits orçamentários.

A situação de crise provocada pelos gastos militares tende a agravar-se tanto mais por força de que pode ocasionar a desarticulação do poderio norte-americano, maximizando as suas crises internas já importantes e, portanto, acelerando a perda de sua relevância no cenário internacional em prol de Estados emergentes, dentre os quais desponta a China como a grande potência sucessora do império norte-americano. A argumentação contra o imperialismo engloba uma série de conseqüências humanas, todas elas capazes de provocar efeito de retaliação aos Estados Unidos. Isto pode ser observado pelas reações das populações de diversos Estados e do apoio a grupos que impingiram sobre a população civil norte-americana, quer do ponto de vista de baixas pessoais como dos altos custos financeiros e, mesmo, políticos, para manter a segurança interna e externa.

Indubitavelmente, há aspectos da crítica de Johnson que encontram eco na análise puramente racional e superficial da política do império das bases. Assim, por exemplo, a manutenção de 227 bases militares na

Alemanha é absolutamente irracional do ponto de vista econômico, conquanto trate-se, sabidamente, de área absolutamente pacificada. Mesmo para prováveis intervenções militares na Europa, elas tampouco se justificariam. Ainda assim, pensar em intervenções de mais longa distância dos EUA nas regiões colindantes com a Europa tampouco justificariam o excessivo número de bases militares ali localizadas (quase mil delas) sob o custo aproximado de 25 a 30 bilhões de dólares.¹⁶

Considerações finais

Não há provas concludentes de que o império encontre-se em vias de conhecer o seu ocaso, mas, também é certo, de que este não seja um processo ora em curso. Histórico exemplo disto foi a União Soviética de fins dos anos 1980: no início desta década quem poderia ter previsto a sua *débâcle* finalmente ocorrida em 1989? De fato, as críticas sobre o sistema em sua íntegra eram factíveis mas, por certo, a sua ruína final era dificilmente crível para o conjunto de analistas que observavam a URSS desde fora e, talvez, para muitos dos burocratas encarregados de conduzir o regime. Esta falência histórica chama a atenção de alguns acadêmicos acerca de uma possível analogia com a situação presente dos EUA.

Em brevíssimas linhas este artigo objetivou retomar um ângulo crítico da política norte-americana ancorado nas análises de Chalmers Johnson, autor que estimula reflexões menos apaixonadas sobre o imperialismo que age baseado em dados para apurar que o caminho político empreendido pelos EUA no sentido de implementar programa de sucessivos incrementos orçamentários na área bélica, algo que, conjugado a outros fatores, tem gerado a desaceleração da indústria civil dos EUA bem como da essencial criatividade no mundo dos negócios. A somar a tudo isto, encontra-se também, e algo eufemisticamente, uma pouco promissora política externa que está calcada na radicalização do belicismo, algo que tão somente amplia a já profunda

antipatia internacional dos EUA, o que em nada favorece a sua pretensão de liderança mundial, exceto à custa de maiores doses de emprego da força.

Algumas das alternativas para o dilema enfrentado pelo império são assinaladas por Johnson na citada trilogia de livros que publicou mas, notavelmente em *Nemesis*. A sua principal indicação é a de desarticular o próprio imperialismo, em modelo similar ao adotado pela Inglaterra quando pesou forte a necessidade de escolher entre manter o seu sistema político democrático e abrir mão do imperialismo que lhe acompanhara até meados do século XX ou, então, decidir-se pela manutenção do imperialismo e abrir mão da democracia. Sendo assim, um dos aspectos ligados ao extermínio do império é, internamente, proceder ao desmantelamento das múltiplas agências de inteligência e as perigosas ações das empresas subcontratadas privadas para o seu exercício destas atividades.

A ideia de Johnson é a de criar uma única agência ligada ao governo, capaz de recolher dados confiáveis (cf. JOHNSON, 2008d, p. 11) para alimentar o governo, mas, diferentemente, produzi-los e analisá-los segundo o único critério de balizar o seu trabalho pelo interesse nacional. Este operaria em substituição ao dúbio critério de análise de dados das empresas privadas subcontratadas, cujo trabalho não é claramente pautado por tal interesse, senão que, comumente, haverão de considerar o impacto dos interesses privados em jogo.

A importância de que a base de formação de dados seja adequada e também constituam uma base fiável deve-se a que esta gama de dados que produzida pela inteligência será disponibilizada como instrumento para a elaboração dos processos de decisão do governo. A má formação deste conjunto de base termina por viciar todo o processo e torna-se campo fértil para decisões políticas equivocadas, potencialmente causadoras de consequências gravíssimas e, quiçá, insuperáveis. A abordagem ao imperialismo possui, portanto, uma dupla dimensão, tanto interna quanto externa, mas a sua mais minuciosa análise, por certo, requer um espaço que transcende aos limites deste artigo.

Notas

- 1 O seu seminal *Blowback* (retaliação) publicado originalmente no ano de 2000 foi traduzido para o português mas, mesmo pela dificuldade de tradução (também encontra na tradução para o espanhol), foi mantido o título do original em inglês. Ver JOHNSON, (2007a). Também foi traduzido e publicado outro de seus livros, *As aflições do império*. Ver JOHNSON, (2007b).
- 2 Johnson é autor de várias obras. Dentre as mais recentes incluem-se *Império Americano: Blowback*, (2007), *The Sorrows of Empire* e *Nemesis: The Last Days of the American Republic*, (2008). A sua bibliografia completa está composta, ainda, de *Conspiracy at Matsukawa* (1972); *Peasant Nationalism and Communist Power* (1962); *Revolutionary Change* (1982); *MITI and the Japanese Miracle* (1982); *An Instance of Treason: Ozaki Hotsumi and the Sorge Spy Ring* (1990); *Japan: Who Governs? - The Rise of the Developmental State* (1995); *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy, and the End of the Republic* (2004); *Nemesis: The Last Days of the American Republic* (2007).
- 3 A este respeito Johnson concede importância ao trabalho de alguns autores como Klein, preocupados com a análise da perda de poder das instituições políticas representativas face aos grupos de pressão. Ver KLEIN, (2008). Obtendo certa repercussão o livro foi também traduzido para outros idiomas como o francês. Ver KLEIN, (2009).
- 4 Johnson atribui um importante aspecto de sua análise ao tema de como a relação entre os poderes encontra-se vilipendiada precisamente por força das ações dos grupos de interesse voltados aos temas do orçamento militar e da indústria bélica. Sobre o tema Johnson remete a diversos outros autores que consolidariam a sua análise crítica do assunto. Ver DEAN, (2008), HUFFINGTON, (2008) e WOLF, (2007).
- 5 Segundo dados da Agência Nacional de Inteligência (CIA), para o ano de 2008 o orçamento de defesa dos EUA era quase 10 vezes superior ao do segundo Estado com maior investimento na área, no caso, a China (cf. JOHNSON, 2008a, p. 5), algo que bastante bem ilustra o altíssimo grau de gastos militares norte-americanos.
- 6 O grande complexo industrial militar norte-americano voltado à produção de armamento foi, em grande parte, criada após a Segunda Grande Guerra Mundial, parcialmente liderada pelo Pentágono, sob o pretexto de auxiliar na manutenção do nível de atividade da economia. Em verdade, contudo, foi edificado todo um *establishment* militar e civil que terminou por fugir ao controle das instituições político-democráticas.
- 7 No caso alemão pode dizer-se que isto deriva de uma externalidade política positiva do Tratado de Versalhes, cujos termos limitam incisivamente a disposição das armas pela Alemanha. Este seria apenas o *starting point* para uma cultura política de investimentos sociais, e de indústrias que os alimentem, em detrimento da indústria de guerra.
- 8 Há setores críticos que elaboram interessante trabalho ao apontar que os Estados Unidos encontram-se em rota com um regime antidemocrático por meio de sua política imperialista que desconecta da essência estrutural e organizacional da democracia. Segundo Sheldon Wolin "Il sistema politico americano non è nato democratico, semmai ha avuto sin dall'inizio inclinazioni antidemocratiche [...]" (SHELDON, 2011, p. 16). A rigor, portanto, malgrado a sua referência histórica, encontramos com uma democracia norte-americana cujo projeto

encontra-se não apenas incompleto como, e mais grave, profundamente ameaçado quanto ao seu desenvolvimento. Este é um problema ainda mais radical quando observamos a situação de inércia da cidadania, desmotivada para intervir na cena pública e enfrentar os grandes temas estruturais que corroem as possibilidades de desenvolvimento democrático. Sheldon, assim como também o faria mais tarde o seu discípulo Chalmers Johnson, denuncia que o governo foi substituído pelas grandes corporações no destino dos interesses políticos da nação. A rigor, trata-se de uma nova forma de gestão privada dos interesses públicos, uma espécie de gestão empresarial por parte das elites em substituição ao político em seu sentido clássico e que impacta forte, e negativamente, na consecução dos interesses públicos para os quais os governos foram constituídos.

- 9 Importa recordar as condições favoráveis em que muitas empresas e bancos foram salvos da quebra e, sobretudo, como foram ainda capazes de voltar a pagar altos bônus para os executivos que conduziam-nas, e ao próprio sistema, às portas da ruína.
- 10 Johnson reconhece que o conceito de keynesianismo militar tem seu primeiro uso atribuído a Seymour Melman (1917-2004).
- 11 Sobre a caracterização mais detalhada das bases militares como sustentação do império norte-americano ver o capítulo II de *Nemesis*. Ver JOHNSON, (2008b).
- 12 Não há apenas sérias limitações ao orçamento como também, e também muito ilustrativo do estado do tratamento da questão, há um profundo desconhecimento do homem médio norte-americano sobre o que seja mesmo o tal complexo industrial militar ao qual são feitas referências em jornais e revistas, muito embora, como diz Johnson, esta expressão tenha sido cunhada no longínquo janeiro de 1961 por Dwight D. Eisenhower (cf. JOHNSON, 2008d, p. 2).
- 13 Há um texto específico em que Johnson ocupa-se deste tema. Em um dos capítulos de seu livro *Nemesis* encontra-se o desenvolvimento desta crítica de Chalmers ao impressionante número de bases militares norte-americanas mundo afora. Ver JOHNSON, (2008b; 2007d).
- 14 Não realizamos aqui uma infundada e superficial observação sobre a necessidade de bases militares. Nossa referência é de que ao menos no que concerne ao seu número mundo afora, por certo, a crítica de Johnson está correta, e, em especial, em sua referência às mais de duzentas bases localizadas apenas em território alemão.
- 15 Apenas a título exemplificativo, a desarticulação desta grande indústria implicaria a desmobilização de um considerável volume de mão-de-obra altamente especializada e que teria de encontrar alguma recepção na indústria civil, descontado, por certo, o risco de que emigrasse e passasse a trabalhar para potências concorrentes ou, mesmo, para setores internacionais da iniciativa privada descomprometidos com a segurança internacional.
- 16 Estimamos este custo tomando por base o gasto total de 102 bilhões de dólares com todas as mil bases militares que foi estimado por Miriam Pemberton citado anteriormente.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Os três desafios de Obama. *Folha de São Paulo*. 12 de novembro de 2008. Tendências / Debates. Opinião, p. A3.

DEAN, John W. *Broken Government: How Republican Rule Destroyed the Legislative, Executive, and Judicial Branches*. New York / London: Penguin (Non-Classics), 2008.

ENGLER, Mark. *Nêmesis, livro de Chalmers Johnson*. 23 de março de 2011. Disponível em: <http://blog.pucp.edu.pe/item/127945/nemesis-libro-de-chalmers-johnson> Acessado em: 23 de outubro de 2011.

GUSTERSON, Hugh. *O império das bases militares*. 2011. Artigo publicado pelo jornal *Hora do Povo*. Disponível em: <http://notassocialistas.vilabol.uol.com.br/bases.html> Acessado em: 28.Nov.2011.

HUFFINGTON, Arianna. *Right Is Wrong: How the Lunatic Fringe Hijacked America, Shredded the Constitution, and Made Us All Less Safe*. New York: Knopf, 2008. 400p.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997. 456p.

JOHNSON, Chalmers. *Arriando a bandeira do século americano*. 17 de agosto de 2010a. Disponível em: http://resistir.info/eua/chalmers_johnson_17ago10_pt.html#asterisco Acessado em: 25.Nov.2011

_____. Tomgram: Chalmers Johnson, Portrait of a Sagging Empire. August 17, 2010b. Disponível em: http://www.tomdispatch.com/post/175286/tomgram:_chalmers_johnson_portrait_of_a_sagging_empire Acessado em: 25.Nov.2011

_____. *Chalmers Johnson: el significado del imperialismo. Entrevista concedida a Boris Muñoz*. 27 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://prodavinci.com/2009/01/27/ideas/chalmers-johnson-el-significado-del-imperialismo> Acessado em: 27.Out.2011.

_____. *Totalitarismo al revés*. 29 de setembro de 2008a. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=9031> Acessado em: 29.Dez.2011.

_____. *Nemesis – The Last Days of the American Republic*. New York: Henry Holt, 2008b. 368p.

_____. *La crisis de la deuda es la mayor amenaza para EE.UU.* 27 de janeiro de 2008c. Disponível em: http://www.tomdispatch.com/post/174884/chalmers_johnson_how_to_sink_america Acessado em: 12.Dez.2011.

_____. *El complejo militar-industrial*. 2008d. Disponível em: http://www.tomdispatch.com/post/174959/chalmers_johnson_warning_mercenaries_at_work Acessado em: 21 de outubro de 2011.

- _____. *Blowback*. São Paulo: Record, 2007a. 364p.
- _____. *As aflições do império*. Rio de Janeiro: Record, 2007b.
- _____. *¿Es posible la liquidación imperial en el caso de USA?* 24 de maio de 2007c. Disponível em: <http://www.zmag.org/content/showarticle.cfm?SectionID=11&ItemID=12849> Acessado em: 02.Dez.2011.
- _____. *El imperio mundial: 737 Bases militares estadounidenses*. 4 de abril de 2007d. Disponível em: Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=49264> Acessado em 27 de novembro de 2010.
- _____. *Nemesis. The Last Days of the American Republic*. New York: Metropolitan Books, 2007e.
- _____. O outro lado da moeda. Entrevista publicada no *LA Weekly*. 28 de Julho de 2004. Disponível em: <http://www.laweekly.com/ink/04/32/features-cooper.php> Acessado em: 29.Nov.2011.
- _____. O império das bases militares. *Artigo publicado pelo jornal Hora do Povo – horadopovo@horadopovo.com.br s/d*. Disponível em: <http://notassocialistas.vilabol.uol.com.br/bases.html> Acessado em: 28.Nov.2011.
- KLEIN, Naomi. *La doctrine du trauma*. Paris: Actes Sud, 2009.
- _____. *The Shock Doctrine*. New York: St. Martin Press, 2008. 576p.
- WOLF, Naomi, *The End of America: Letter of Warning to a Young Patriot*. White River Jct./Vermont: Chelsea Green, 2007.
- WOLIN, Sheldon. *Democrazia S.p.A. Stati Uniti: una vocazione totalitaria?* Roma: Fazi Editore, 2011.

▼ recebido em 25 dez. 2012 / aprovado em 29 jun. 2013

Para referenciar este texto:

BUENO, R. O império como conflito: chalmers johnson e a política externa norte-americana. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 387-405, jan./jun. 2013.

